

Supremo autoriza devassa fiscal e bancária de 12 parlamentares

O ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a devassa nas contas bancárias e a quebra de sigilo fiscal de 12 dos parlamentares suspeitos de envolvimento na máfia do Orçamento. A investigação, solicitada pelo delegado Magnaldo Nicolau é endossada pela Procuradoria Geral da República, e será capaz de determinar a variação patrimonial dos parlamentares. É o que o procurador-geral Aristides Junqueira precisa para propor ações à Justiça por enriquecimento ilícito.

A medida também atingirá José Carlos Alves dos Santos, autor da denúncia sobre o esquema de corrupção do Orçamento. No despatcho de apenas cinco linhas, Moreira Alves determina a expedição de ofícios ao Banco Central e à Secretaria de Receita Federal, que vão fazer o levantamento.

A lista de parlamentares — dez deputados e dois senadores — é encabeçada por João Alves (PPR-BA), apontado por José Carlos como líder da máfia do Orçamento.

Em seguida aparecem os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Fábio Raunhetti (PTB-RJ), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Flávio Derzi (PP-MS), Manoel Moreira (PMDB-SP) e Sérgio Guerra. Os senadores são Saldanha Derzi e Ronaldo Aragão (PMDB-RO). Moreira Alves também concordou com a solicitação à CPI do Orçamento de cópias autenticadas de todos os documentos apreendidos na casa de José Carlos.